

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.327 - MS (2019/0338991-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
RECORRENTE : GERALDO JOVINO GONCALVES
ADVOGADO : MARCUS DOUGLAS MIRANDA E OUTRO(S) - MS010514
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por GERALDO JOVINO GONÇALVES, com fulcro na alínea “a” do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ fls. 266):

PREVIDENCIÁRIO: APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. CNIS. LONGO PERÍODO ANOTADO COMO TRABALHADOR URBANO. DESCARACTERIZAÇÃO DA CONDIÇÃO DE RURÍCOLA.

1. Por ter sido a sentença proferida sob a égide do Código de Processo Civil de 1973, consigno que as situações jurídicas consolidadas e os atos processuais impugnados serão apreciados em conformidade com as normas ali inscritas, consoante determina o artigo 14 da Lei nº 13.105/2015.
2. Os documentos apresentados pelo autor, em sua maioria, estão em nome de terceiro (seu pai Manoel Jovino Gonçalves) e são muito antigos, não abrangidos pelo período de carência que o autor necessita comprovar.
3. A CTPS do autor demonstra que somente possui anotações com atividades urbanas e por longos períodos, descaracterizando a condição de rurícola.
4. Os honorários recursais foram instituídos pelo CPC/2015, em seu artigo 85, parágrafo 11, como um desestímulo à interposição de recursos protelatórios, e consistem na majoração dos honorários de sucumbência em razão do trabalho adicional exigido do advogado da parte contrária, não podendo a verba honorária de sucumbência, na sua totalidade, ultrapassar os limites estabelecidos na lei.
5. Desprovido o apelo da parte autora interposto na vigência da nova lei, os honorários fixados na sentença devem, no caso, ser majorados em 2%, nos termos do art. 85, parágrafo 11, do CPC/2015, observada a suspensão prevista no artigo 98, parágrafo 3º, da mesma lei.
6. Apelação desprovida.

Rejeitados os aclaratórios (e-STJ fls. 280/287).

Nas suas razões, o recorrente aponta violação do art. 48 da Lei n. 8.213/1991, sustentando que comprovou o exercício de atividades rurícolas, mesmo após exercer atividades urbanas. Aduz que não perdeu a qualidade de segurado especial mesmo ao trabalhar com o seu pai em regime de economia familiar.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às e-STJ fls. 303/305.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de

março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que não prospera a irresignação.

Nos termos dos arts. 48 e 143 da Lei n. 8.213/1991, é devida a aposentadoria por idade ao trabalhador rural que completar 60 anos de idade, se homem, e 55 anos, se mulher, desde que esteja demonstrado o exercício de atividade agrícola, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico ao período de carência.

No caso dos autos, embora o Tribunal de origem tenha reconhecido a comprovação da atividade rural exercida pela parte autora, entendeu que essa restou descaracterizada pelo exercício de atividade urbana em período superior ao permitido legalmente, manifestando-se nos seguintes termos (e-STJ fls. 262/263):

CASO CONCRETO A idade mínima exigida para obtenção do benefício restou comprovada, tendo a parte autora nascido em 05/08/1952 (fl. 11).

Com o implemento do requisito etário em 05/08/2012, a parte autora deve comprovar o exercício do labor rural no período imediatamente anterior ao implemento de idade, mesmo que de forma descontínua, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício requerido (180 meses), não tendo o Instituto-réu conseguido infirmar a validade dos depoimentos prestados e dos documentos trazidos.

Anote-se que a necessidade da demonstração do exercício da atividade campesina em período imediatamente anterior ao implemento do requisito etário, restou sedimentada pelo C. STJ, no julgamento do REsp nº 1.354.908/SP, sob a sistemática dos recursos representativos de controvérsia repetitiva.

Considerando a dificuldade do trabalhador rural na obtenção da prova escrita, o Eg. STJ vem admitindo outros documentos além daqueles previstos no artigo 106, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91, cujo rol não é taxativo, mas sim, exemplificativo (AgRg no REsp nº 1362145/SP, T Turma, Relator Ministro Mauro Campell Marques, DJe 01/04/2013; AgRg no Ag nº 1419422/MG, 6ª Turma, Relatora Ministra Assusete Magalhães, DJe 03/06/2013; AgRg no AREsp nº 324.476/SE, T Turma, Relator Ministro Humberto Martins, DJe 28/06/2013).

Para a comprovação do exercício da atividade rural, o autor apresentou os seguintes documentos: a) Carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí com data de emissão em 1979; b) CTPS com anotações como trabalhadora urbano nos períodos de 07/1985 a 11/1985, pedreiro nos períodos de 06/1988 a 07/1988, 05/1990 a 08/1990, 09/1990 a 07/1992, 12/1996 a 10/1997, 10/1997 a 08/2003 e 08/2004 a 01/2006; c) notas fiscais do produtor em nome do pai do autor emitidas em 1971, 1972, 1981, 1984; d) avisos de débito do INCRA em nome do pai do autor, com vencimento em 12/1975, 10/1976, 10/1977, 09/1978, 11/1979 e) Certificados de Cadastro no INCRA, com data de emissão em 17/06/1977, com exercícios em 1975, 1976, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985; f) Carnê de Contribuições do empregador rural em nome do pai, com exercício em 1975; g) Notificações do ITR, em nome do Sítio Mineiro com exercícios em 1980, 1981, 1984; h) taxa de conservação de estradas com exercício em 1964/1969, 1970, 1971, 1977, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983 1984 i) ITRs com exercício em 1968, 1969, 1973, 1974, 1983, 1985 j) Contribuição Sindical Rural em 1970; l) controle de produção e escoamento de café no ano de 1983; m) Declarações de rendimentos do ano de 1970, 1971,

1972, 1973, 1974 e recibo de 1975; n) Certificado de Registro de Propriedade Cafeeira em 1983; n) ICM de 1977.

O CNIS do autor, juntado pelo INSS à fl. 166 verso, demonstra que o autor possui diversas anotações como trabalhador urbano.

Os documentos apresentados pelo autor, em sua grande maioria, estão em nome de terceiro (seu pai Manoel Jovino Gonçalves) e são muito antigos, não abrangidos pelo período de carência que o autor necessita comprovar.

A CTPS do autor demonstra que somente possui anotações com atividades urbanas.

Admite-se como início de prova material somente a Declaração de Sindicato de Trabalhadores Rurais, desde que devidamente homologada pelo Ministério Público ou pelo INSS, órgãos competentes para tanto (AgRg no REsp 1.291.466, Rel: Ministro Newton Trisotto, julgado em 18/11/2014; AC nº 0015998-71.2014.403.9999, Rel: Des. Federal Carlos Delgado, julgado em 12/03/2018 - TRF3a).

À sua vez, a prova testemunhal não é capaz de comprovar o alegado na inicial, na medida em que não está presente o início de prova material indispensável, dentro do período de carência, para autorizar a concessão do benefício.

A comprovação do tempo de serviço em atividade rural, seja para fins de concessão de benefício previdenciário ou para averbação de tempo de serviço, deve ser feita mediante a apresentação de início de prova material, conforme preceitua o artigo 55, § 3º, da Lei de Benefícios, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, entendimento cristalizado na Súmula nº 149, do C. STJ: "A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito de obtenção do benefício previdenciário".

A parte autora deveria ter comprovado o labor rural, mesmo que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao implemento da idade, ao longo de, ao menos, 156 meses, conforme determinação contida no art. 142 da Lei nº 8.213/91, o que não aconteceu.

Assim, comprovada as diversas anotações em atividades urbanas por longo período, tenho como descaracterizada a condição de rurícola, e mantenho a improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural.

Correto o referido entendimento. Com efeito, para disciplinar eventuais períodos descontínuos de atividade rural, o legislador trouxe uma inovação, por meio da Lei n. 11.718/2008, ao inciso III do § 9º do art. 11 da Lei n. 8.213/1991, o qual permite o exercício de atividade remunerada pelo segurado especial, em período de entressafra ou do defeso não superior a 120 (cento e vinte) dias, como se observa do texto legal infra:

§ 9º Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de: (Incluído pela Lei n. 11.718, de 2008)

[...]

III – exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 (cento e vinte) dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 julho de 1991; Grifos acrescidos.

Contudo, por não existir, antes do advento da Lei n. 11.718/2008, nenhum parâmetro legal que definisse a expressão "ainda que de forma descontínua", a referida regra, bem mais gravosa, não poderia ser aplicada retroativamente.

Instigada a suprir a aludida lacuna legal ao tempo de serviço rural exercido antes do advento da mencionada Lei n. 11.718/08, a Primeira Turma desta Corte decidiu pela aplicação analógica do art. 15 da Lei n. 8.213/1991, que dispõe sobre a manutenção da qualidade de segurado àquele que, por algum motivo, deixa de exercer a atividade contributiva durante o denominado "período de graça".

Veja-se como foi resumido o acórdão:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SEGURADO ESPECIAL. ART. 11, § 9º, III, DA LEI 8.213/91 COM A REDAÇÃO ANTERIOR À LEI 11.718/08. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA NO PERÍODO DE CARÊNCIA. ADOÇÃO, POR ANALOGIA, DOS PRAZOS DO PERÍODO DE GRAÇA. ART. 15 DA LEI 8.213/91. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os arts. 39, I, e 143 da Lei 8.213/91 dispõem que o trabalhador rural enquadrado como segurado obrigatório no Regime Geral de Previdência Social na forma da VII do art. 11 [segurado especial], tem direito a requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural, ainda que descontinua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, em número de meses idêntico à carência do referido benefício.

2. A norma previdenciária em vigor à época do ajuizamento da ação, antes do advento da Lei 11.718/08, não especificava, de forma objetiva, quanto tempo de interrupção na atividade rural seria tolerado para efeito da expressão legal "ainda que de forma descontinua".

3. **A partir do advento da Lei 11.718/08, a qual incluiu o inciso III do § 9º do art. 11 da Lei 8.213/91, o legislador possibilitou a manutenção da qualidade de segurado especial quando o rurícola deixar de exercer atividade rural por período não superior a cento e vinte dias do ano civil, corridos ou intercalados, correspondentes ao período de entressafra. Todavia, a referida regra, mais gravosa e restritiva de direito, é inaplicável quando o exercício da atividade for anterior à inovação legal.**

4. **A teor do disposto nos arts. 4º e 5º da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, diante da ausência de parâmetros específicos indicados pelo legislador originário, mostra-se mais consentânea com o princípio da razoabilidade a adoção, de forma analógica, da regra previdenciária do art. 15 da Lei 8.213/91, que garante a manutenção da qualidade de segurado, o chamado "período de graça".**

5. Demonstrado que a parte recorrente exerceu atividade urbana por período superior a 24 (vinte e quatro) meses no período de carência para a aposentadoria rural por idade, forçosa é a manutenção do acórdão recorrido.

6. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1.354.939/CE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/06/2014, DJe 01/07/2014). (Grifos acrescidos).

Assim, por não se cuidar de curto período, mas superior a 36 meses de atividade urbana, deve ser mantido o entendimento das instâncias ordinárias.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA POR LONGO PERÍODO. RECONHECIMENTO DE PERÍODO DE TRABALHO RURAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ.

1. Conforme assentada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a

Superior Tribunal de Justiça

existência de vínculos urbanos por longo período descaracteriza a condição de segurado especial como rurícola. Incide ao caso a Súmula 83/STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg nos EDcl no AREsp 786.554/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

Nos moldes do art. 85, § 11, c/c o art. 98, § 1º, VI, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, deve ser fixada a verba honorária recursal, inclusive ao beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, NEGÓCIO ao recurso especial. Majoro os honorários recursais em 10% sobre o valor fixado na origem, respeitados os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015, cuja exigibilidade, no entanto, fica suspensa na forma do § 3º do art. 98 do novo CPC.

Publique-se e intemem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator